

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Resolução nº 1499/2022, de autoria do nobre Deputado André Ceciliano, que concede o Título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro à Exma. Dra. Lúcia Regina Esteves De Magalhães, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

**II - PARECER DO RELATOR**

O presente Projeto é meritório e atende as exigências regimentais previstas no § 2º, do artigo 272 e na alínea "m", do § 8º, do artigo 84, ambos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, dado o histórico de relevantes serviços jurídicos prestados pela homenageada ao Estado do Rio de Janeiro, em especial por sua exímia atuação junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, não havendo nenhum óbice regimental para sua tramitação nesta Casa Legislativa, pelo que deve o seu mérito ser analisado pelo Plenário deste Parlamento.

Em razão do exposto, meu parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Resolução nº 1499/2022.

Sala das Comissões, 11 novembro de 2022.

Deputado MÁRCIO CANELLA - Relator

**III- CONCLUSÃO**

A Comissão de Normas Internas e Proposições Externas, na 27ª Reunião Extraordinária, realizada por meios remotos, aprovou o parecer do relator, FAVORÁVEL ao Projeto de Resolução nº 1499/2022.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2022.

(a) Deputados MÁRCIO CANELLA, Vice-presidente no exercício da presidência, CHICO MACHADO e RODRIGO AMORIM, membros efetivos.

**PARECER**

**DA COMISSÃO DE NORMAS INTERNAS E PROPOSIÇÕES EXTERNAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1506/2022, CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E SEU RESPECTIVO DIPLOMA AO MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO BRUNO DANTAS.**  
 Autoria: Deputado ANDRÉ CECILIANO  
 Relator: Deputado MARCIO CANELLA

**(FAVORÁVEL)****I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Resolução nº 1506/2022, de autoria do nobre Deputado André Ceciliano, que concede a Medalha Tiradentes e respectivo diploma ao Exmo. Dr. Bruno Dantas Nascimento, Ministro do Tribunal de Contas da União.

**II - PARECER DO RELATOR**

O presente Projeto é meritório e atende as exigências da Resolução nº 359/1989, dado o relevante trabalho desenvolvido pelo homenageado como jurista em favor do nosso país, em especial por sua atuação junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, não havendo nenhum óbice regimental para sua tramitação nesta Casa Legislativa, pelo que deve o seu mérito ser analisado pelo Plenário deste Parlamento.

Em razão do exposto, meu parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Resolução nº 1506/2022.

Sala das Comissões, 11 novembro de 2022.

Deputado MÁRCIO CANELLA - Relator

**III- CONCLUSÃO**

A Comissão de Normas Internas e Proposições Externas, na 27ª Reunião Extraordinária, realizada por meios remotos, aprovou o parecer do relator, FAVORÁVEL ao Projeto de Resolução nº 1506/2022.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2022.

(a) Deputados MÁRCIO CANELLA, Vice-presidente no exercício da presidência, CHICO MACHADO e RODRIGO AMORIM, membros efetivos.

**PARECER**

**DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E DEPENDENTES QUÍMICOS EM GERAL À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 3.917/2021, QUE "ALTERA O ANEXO DA LEI ESTADUAL Nº 5.645, DE 06 DE JANEIRO DE 2010, INCLUINDO NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O DIA DA PREVENÇÃO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA".**  
 Autor do Projeto: Deputado RENATO ZACA  
 Autores da Emenda: Deputados LUIZ PAULO E LUCINHA  
 Relator: Deputado DANNIEL LIBRELO

**(FAVORÁVEL)****I - RELATÓRIO**

Trata-se da análise da emenda de plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 3.917/2021, de autoria do Deputado Renato Zaca, que "Altera o Anexo da Lei Estadual nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, incluindo no Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o Dia da Prevenção à Dependência Química".

**II - PARECER DO RELATOR**

A proposição apresentada é de grande relevância uma vez que inclui no Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o Dia da Prevenção à Dependência Química, a ser comemorado no dia 26 de junho, que é a data na qual foi realizada a Conferência Internacional sobre o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas pela Assembleia Geral da ONU.

Foi apresentada em plenário uma emenda aditiva que vem contribuir e aprimorar a proposição.

Diante do exposto, meu parecer é FAVORÁVEL à Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 3.917/2021.

Sala das Comissões 11 de outubro de 2022.

(a) Deputado DANNIEL LIBRELO - Relator

**III - CONCLUSÃO**

A COMISSÃO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E DEPENDENTES QUÍMICOS EM GERAL, na 3ª Reunião Extraordinária Remota, realizada em 25 de outubro de 2022, aprovou o parecer do Relator FAVORÁVEL à Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 3.917/2021.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2022.

(a) Deputados: DANNIEL LIBRELO, Presidente; SUBTENENTE BERNARDO, Vice-Presidente; ROSANE FÉLIX, membro efetivo e EURICO JÚNIOR, membro suplente

**COMISSÃO DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL****ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às dez horas, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N" /MD/nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social, com a presença dos Senhores Deputados Monica Francisco Presidenta deste órgão técnico. Dando início aos trabalhos, a Deputada Monica Francisco declarou aberta a 1ª Audiência Pública, conforme edital de convocação publicado em 10.05.2021, que tem por objetivo tratar sobre a saúde do trabalhador em tempos de pandemia: A realidade dos petroleiros da Reduc e a economia do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos, e registrou a presença dos seguintes convidados: Superintendente de Relações Institucionais e Governo da Setrab, Senhor Pablo de Mello Rodrigues Guedes; representante do Dieese. Senhor Cloviomar Carrarine; representante do

Sindicato dos Petroleiros de Caxias - Sind Petro Caxias, Senhor Luciano Santos; representante da Federação Única dos Petroleiros, Senhor Deyvid Bacelar, representante do Conselho Administrativo da Petróbrás, Senhora Rosângela Torres; Vice-Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da Reduc, Senhor Thalles Leopoldo. Prosseguindo, a Senhora Presidente fez uma breve explanação sobre o tema, contextualizando a situação dos petroleiros, afirmando que a dinâmica imposta a eles é uma necropolítica. Em seguida, a Deputada Mônica Francisco franqueou a palavra aos convidados, dando-se um amplo debate, em que todos os inscritos fizeram suas considerações sobre o assunto. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Deputada Mônica Francisco agradeceu a participação de todos e suspendeu a audiência para que eu, Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, Secretária ad hoc, lavrasse a presente ata, destacando que as notas taquigráficas com o teor desta audiência pública ficarão arquivadas na secretaria desta Comissão. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida e aprovada, sendo assinada por mim e pela Senhora Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões, dez de maio de dois mil e vinte e um. (a) Lucia Helena C.N. da Gama, Secretária "ad hoc", Mat. 201.127-8; (a) Deputada Mônica Francisco, Presidenta.

**COMISSÃO DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL****ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às treze horas, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N" /MD/nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social, com a presença dos Senhores Deputados Monica Francisco Presidenta, Zeidan, membro efetivo; deste órgão técnico e dos Deputados Luiz Paulo, Max Lemos e Waldeck Carneiro. Dando início aos trabalhos, o Deputado Luiz Paulo afirmou ter aceitado o desafio da Deputada Monica Francisco e, ao mesmo tempo, a determinação de fazer a abertura dessa audiência pública, que vai versar sobre o Projeto de Lei nº 3325/2021, de autoria dos Deputados Max Lemos e André Ceciliano, que institui o Programa Titular Rio e dá outras providências. Esse projeto foi à pauta, recebeu emendas, e está na pauta, nesta semana, novamente. Esta audiência pública visa esclarecer as possíveis contradições que esse programa possa ter, quer seja em nível técnico, quer seja em nível político. Explicou ainda que a audiência pública está ocorrendo por orientação do Presidente André Ceciliano, que houve uma fala da Deputada MÔNICA FRANCISCO solicitando a audiência, porque havia gente da sociedade organizada que desejava se pronunciar sobre esse tema, um tema muito relevante e que contou com a aquiescência do Deputado Max Lemos, autor do projeto. Afirmando tratar-se de um tema relevante, não só sob o ponto de vista político, mas sob o ponto de vista técnico também, porque verifica que uma das questões mais fundamentais que nós temos é titulação das terras e titulação das benfeitorias. Esse é um tema que já se discute há décadas aqui, neste Estado do Rio de Janeiro. E concluiu agradecendo estar honrado de a Deputada Mônica Francisco e o Deputado Max Lemos terem dado a liberdade de abrir somente a reunião, porque deixará para falar no final. Prosseguindo, a Deputada MÔNICA FRANCISCO assumiu a presidência dos trabalhos agradecendo ao Deputado Luiz Paulo por sua presença e pela abertura dessa audiência pública tão importante. Explicou em sua fala que o objetivo é reforçar, aprofundar esse debate, que quer muito ouvir as intervenções Sua Excelência esclareceu que as intervenções de parlamentares, inicialmente, serão breves para que possam ouvir, acumular bastante, construir coletivamente, uma ideia mais sólida pra avaliar a votação em Plenário desse projeto, que tem pontos muito importantes e historicamente sensíveis para as representações que vão auxiliar a pensar o voto e a decisão final dos deputados aqui presentes, hoje. Participaram do debate os seguintes convidados: Presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro / ITERJ, Senhora Landijara Lucia Silva Duarte, representante da Associação de Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro / AQUIER, Senhora Ivone de Mattos Bernardo, representante dos Trabalhadores Rurais Sem Terra /MST, Senhora Luana Carvalho, representante do Movimento dos Pequenos Agricultores, Senhor Humberto Palmeira; representantes da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF EAU/UFF, Professora Doutora Rossana Brandão, Docente da EAU/UFF; Professora Doutora REGINA BIENENSTEIM, Docente aposentada da EAU/UFF; Professora Adjunta da UFERJ, integrante do Najup Luiza Mahin, Doutora Fernanda Maria da Costa Vieira; representante do Movimento Nacional de Luta por Moradia / MNLM, Senhora Lurdinha Lopes. Prosseguindo, a Deputada Mônica Francisco concedeu a palavra a todos os Deputados presentes, para debaterem o tema e, em seguida, franqueou a palavra aos convidados, dando-se um amplo debate, em que todos os inscritos fizeram suas considerações sobre o assunto. Dando continuidade, a Senhora Presidente comunicou que a intervenção do Dr. Júlio José Araújo Júnior, Procurador da República, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão e Coordenador do GT Reforma Agrária e Conflitos Fundiários da Procuradoria e do Ministério Público Federal será através de um vídeo enviado por ele, que justificou não estar presente, porque preside uma audiência neste mesmo horário, tendo sido assistido por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Deputada Mônica Francisco agradeceu a participação de todos e suspendeu a audiência para que eu, Lucia Helena Costa Nogueira da Gama, Secretária "ad hoc", lavrasse a presente ata, destacando que as notas taquigráficas com o teor desta audiência pública ficarão arquivadas na secretaria desta Comissão. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida e aprovada, sendo assinada por mim e pela Senhora Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões (meios digitais), dez de maio de dois mil e vinte e um (a) Lucia Helena C.N. da Gama, Secretária, Mat. 201.127-8; (a) Deputada Mônica Francisco, Presidenta.

**TEMPORÁRIAS**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR DENÚNCIAS, APURAR INTERRUPTÕES NOS SERVIÇOS DE TRENS, ATRASOS ENTRE OS HORÁRIOS DE CHEGADAS E PARTIDAS, SUPERLOTAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES, DURAÇÃO DAS VIAGENS, ACESSIBILIDADE DAS ESTAÇÕES, CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS, ANALISAR AS CONDIÇÕES DOS TRENS E ESTAÇÕES, RETORNO DO RAMAL SANTA CRUZ - CENTRAL DO BRASIL, BEM COMO OS DANOS SOFRIDOS PELOS USUÁRIOS RELACIONADOS À MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SUPERVIA.**

**(RESOLUÇÃO Nº 574/2021)****ATA DA REUNIÃO DE ENCERRAMENTO**

Às dez horas do dia 05 de setembro de dois mil e vinte e dois, de forma semipresencial, na sala 1808 do Edifício Lúcio Costa, sob a presidência da Senhora Deputada LUCINHA e contando com a presença dos Senhores Deputados WALDECK CARNEIRO - Relator, MARTHA ROCHA, ENFERMEIRA REJANE e LUIZ PAULO membros efetivos, de forma presencial e do Senhor Deputado ELIOMAR COELHO - Vice-Presidente, de forma remota, foi aberta a Reunião de Encerramento, Discussão e Votação do Relatório Final desta CPI. Iniciando a sessão, a Senhora Presidente sugeriu a suspensão desta sessão por trinta dias, até o final do processo eleitoral, a fim de que houvesse um tempo maior para a análise das conclusões do Relator, e que a votação seria realizada no dia 10 de outubro próximo. Explicou, após, que o Relator iria comentar resumidamente todos os tópicos do relatório elaborado e já distribuído aos membros. Em seguida, concedeu a palavra aos demais Deputados que, por unanimidade, demonstraram sua concordância com a suspensão da reunião e com o adiamento da votação do Relatório, visto que houve pouco tempo para uma análise mais criteriosa do texto. Logo após, o Relator, Deputado WALDECK CARNEIRO, iniciou a apresentação do seu trabalho, com o item 1. Introdução - que trata da questão da mobilidade urbana na Cidade do Rio de Janeiro, a importância e a precariedade do transporte ferroviário e o descaso do governo estadual, o que mo-

tivou a ALERJ, a criar esta CPI. Prosseguindo, comentou que o item 2 fala do funcionamento da CPI, sua criação, sua composição e documentos. O item 3 do Relatório, traz um histórico do transporte ferroviário no Brasil e no Rio de Janeiro e sobre o item 4 que trata especificamente do processo licitatório, a concessão, o contrato e seus aditivos, a prestação do serviço e sua remuneração; as tarifas, penalidades e, concluindo, no item 5 estão as conclusões e recomendações levantadas. Finalizada a apresentação pelo Relator, a Senhora Presidente falou sobre a necessidade de o Relatório ser bem enfático com indicação de prazos, na parte das "recomendações" e, em seguida, concedeu a palavra aos Senhores Deputados LUIZ PAULO, MARTHA ROCHA, ELIOMAR COELHO e ENFERMEIRA REJANE que apresentaram, também, seus comentários e sugestões que deverão ser incorporados ao texto original a ser votado no dia dez de outubro. Em seguida, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente franqueou a palavra e, como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos e deu por suspensa a presente reunião. Às dez horas do dia dez de outubro de dois mil e vinte e dois, foi reaberta a sessão, sob a Presidência da Senhora Deputada LUCINHA e contando com a presença dos Senhores Deputados WALDECK CARNEIRO - Relator, MARTHA ROCHA, ENFERMEIRA REJANE, LUIZ PAULO, membros efetivos e do Senhor Deputado GIOVANI RATINHO, membro suplente, de forma presencial e do Senhor Deputado DIONÍSIO LINS de forma remota. Iniciando os trabalhos a Senhora Presidente destacou a importância do relatório que será aprovado hoje. Destacou que fez algumas alterações no item referente aos banheiros das estações, estabelecendo prazo para que a SUPERVIA atenda ao recomendado, melhorando a situação dos já existentes e construindo novos em todas as estações. Em seguida, concedeu a palavra aos demais membros, e o primeiro a falar foi o Relator, Deputado WALDECK CARNEIRO, que mencionou que o relatório já havia sido apresentado no dia cinco de setembro e, como houve várias sugestões, elas já estavam inseridas na via atual, mas que nada impediria que houvesse novas inclusões na redação final. Prosseguindo, falou que foram anexados três Projetos de Lei sobre temas discutidos nas reuniões, encaminhamentos a diversos órgãos públicos e civis, exaltadas, também, as diversas conquistas da CPI, sendo uma delas a de levar o governo do Estado a sair da inércia em que se encontrava e começar a atuar nos aspectos referentes ao transporte ferroviário, citando as recomendações feitas a diversos órgãos. Concluindo, agradeceu a todos os assessores que participaram dos trabalhos, dedicando um agradecimento especial aos seus assessores JESSÉ DUTRA e CARLA FELLOWS. A seguir a palavra foi concedida ao Deputado LUIZ PAULO, que destacou a luta da Senhora Presidente para instalar esta CPI. Falou também, dos ganhos decorrentes do trabalho realizado que não foi pouco. Citou que ficou demonstrado, também, a péssima qualidade do serviço prestado; a situação da concessionária que se encontra em recuperação judicial e os constantes roubos de fios e cabos. Falou o que foi observado nas vistorias realizadas, como várias estações dominadas pelo tráfico; oitenta por cento de estações sem banheiros; o estado de conservação do sistema de drenagem, dos dormentes e trilhos; muros quebrados e habitações na faixa de domínio, tudo considerado dentro da normalidade até então. Mencionou o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, assinado pelo governo estadual com a concessionária, com o repasse de duzentos e setenta e sete milhões de reais, mediante um plano de investimentos com prazo até 31/12; citou que espera que o governo estadual exija uma definição da SUPERVIA, assinasse outro TAC sobre os problemas relatados na CPI, ou faça uma intervenção na concessionária, passe a operar o sistema e, depois faça nova licitação. Em seguida, lembrou que tem sido noticiado que a União e o Estado lançaram um edital para alienação da Estação da Leopoldina, o que ele acha inaceitável, lembrando que se trata de um prédio histórico e tombado e que ele já propôs o PL 6397/2022, para que o governo do Estado não concorde com a alienação e, finalizando, parabenizou o Relator pelo trabalho. Com a palavra a Senhora Presidente apresentou seus elogios ao Relator e, em seguida, falou a Deputada MARTHA ROCHA, mencionando a tenacidade da Senhora Presidente, fazendo valer o interesse do povo fluminense. Acrescentou que o maior mérito da CPI, foi fazer o governo do Estado sair da inércia, e que o Relatório final fez um belíssimo diagnóstico dos problemas do sistema ferroviário, cumprindo seu papel de certificar de forma prática, através da realização de vistorias técnicas, os problemas que comprometem o funcionamento do sistema; que foi bom ver o acompanhamento das reuniões pela SUPERVIA e AGETRANS, esperando que elas possam efetivar todas as medidas propostas pela CPI. Prosseguindo, falou que teria algumas propostas a colocar. A primeira delas foi sugerir que todos os Projetos de Lei mencionados pelo Relator e, no final, aprovados pela CPI, sejam imediatamente apresentados, para que sejam votados ainda em 2022; que seja apresentado, também, o Projeto de Lei sobre o tombamento da Estação da Leopoldina e, por último que no item 4, relativo à ALERJ, sugeriu que a Lei 4733/2006, que cria o vagão rosa, alterada pela Lei 7250/2016, que previa além da utilização do vagão especial para mulheres, a distribuição das multas a serem aplicadas pelo não cumprimento da norma, regulamentada, posteriormente, pelo Decreto 46072/2017, estabelecendo a graduação da arrecadação das multas, de setenta por cento ao Fundo Especial da Polícia Militar e trinta por cento para o Fundo Especial da Polícia Civil, lembrou que a CPI poderia propor a alteração dessa graduação, diminuindo o valor atribuído ao Fundo Especial da Polícia Militar, que passaria a ser destinado ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e, concluindo, disse julgar pertinente que, logo no início da próxima legislatura, seja proposta uma audiência com a Comissão de Transportes para que, através dela, seja monitorado o cumprimento efetivo das medidas propostas pela CPI. Prosseguindo, a Senhora Presidente enfatizou o que foi dito pela Deputada MARTHA ROCHA. Em seguida, passou a palavra à Deputada ENFERMEIRA REJANE que, em sua fala, parabenizou a Senhora Presidente por ter conseguido conduzir a Comissão durante um ano eleitoral. Continuando, sugeriu ao Relator que a CPI deveria ousar um pouco mais, apresentando no Relatório algumas Indicações Legislativas que versariam especificamente sobre o 8º Termo Aditivo; sobre a mudança do IGPM para IPCA; a instalação de um grupo de trabalho de caráter deliberativo com os vários representantes ligados à área do transporte no Estado; a questão do concurso público e a criação do Batalhão Ferroviário. Em atenção ao que foi proposto, o Relator mencionou que alguns pontos do 8º Termo Aditivo já foram considerados no seu relatório; falou, também, que um ponto delicado a ser alterado é a aprovação antecipada do Contrato de Concessão por mais vinte e cinco anos; citou que é preciso avaliar o tom como o assunto vai ser tratado porque revogar significa suprimir e o Estado não pode assumir a concessão de uma hora para outra e que no Relatório Final foi sugerido que o Estado faça um estudo de viabilidade sobre a hipótese de reestatização do serviço. Acrescentou, que o problema seria apresentar um encaminhamento que causasse a interrupção do serviço deixando os usuários sem os trens. Logo após, o Deputado LUIZ PAULO solicitando a palavra, falou que a revogação do 8º Termo Aditivo é uma decisão que vai ser discutida obrigatoriamente e que apoiava a sugestão da Senhora Deputada ENFERMEIRA REJANE sobre as Indicações Legislativas. Em seguida, falou sobre a Emenda à LOA, mencionando que já havia pedido a sua assessoria que levantasse o montante a ser proposto e de onde viriam os recursos, sugerindo que fossem do Pacto RJ com recursos oriundos da CEDAE. Acrescentou que, no caso, não caberia uma Indicação Legislativa, sugerindo que fosse feita pelo Relator uma recomendação de encaminhamento à Comissão Permanente de Orçamento ou ao Presidente da Casa para garantir a aprovação em Plenário. Em atenção ao que foi proposto, o Relator solicitou a palavra, destacando que poderia ser feita uma Emenda coletiva da CPI, inspirada no Relatório, tendo como fonte os recursos do Pacto RJ. Prosseguindo, falou o Senhor Deputado GIOVANI RATINHO, parabenizando a Deputada Presidente, citando seu orgulho em ter participado das vistorias e que, no início da CPI se encontrava indignado com os problemas da SUPERVIA. Acrescentou que, quando era vereador em São João de Meriti, não obtinha respostas nas cobranças que fazia sobre o descaso nos ramais; que a CPI detectou diversos problemas e acredita que os Deputados continuariam fiscalizando e pedindo melhorias no sistema. Retomando a palavra, a Senhora Presidente apresentou suas considerações, agradecendo a todos que foram funda-